



11.º CONGRESSO USL/CGTP-IN PRIORIDADES PARA A ACÇÃO SINDICAL

A luta desenvolvida pelos trabalhadores ao longo da última legislatura, foi decisiva para derrotar a maioria absoluta parlamentar de PSD/CDS e determinante para reduzir significativamente a sua base política, social e eleitoral. A nova correlação de forças na Assembleia da República, potencia melhores condições para responder aos inúmeros problemas e desafios com que os trabalhadores e o povo estão confrontados e proporciona uma situação mais favorável para dar continuidade à luta pela afirmação dos direitos e valores de Abril.

A mudança de política que se exige é indissociável da ruptura com a política de direita e da rejeição das denominadas "reformas estruturais", responsáveis pela desregulamentação das relações de trabalho e a degradação da situação social do país. Assumindo a necessidade urgente de dar combate ao desemprego, pôr termo à precariedade, aos baixos salários, ao aumento e desregulamentação dos horários e à brutal transferência dos rendimentos do trabalho para o capital.

No quadro actual, impõe-se uma nova política que ponha de lado as regras da "governança económica" que ameaçam a nossa soberania e o nosso futuro, pois retiram ao Estado os meios financeiros necessários ao desenvolvimento e ao crescimento e remetem o país para uma situação cada vez mais periférica. Uma política de esquerda e soberana que, respondendo ao sentido de voto maioritário do eleitorado valorize o trabalho e os trabalhadores, promova uma justa distribuição da riqueza, a criação de emprego com direitos, aposte na produção nacional, defenda os serviços públicos e as funções sociais do Estado, afirme Portugal como país independente, desenvolvido e soberano.

Assim, o 11º Congresso da USL, tendo por base o seu lema e objectivos centrais, assente no compromisso e em articulação com toda a estrutura sindical do Distrito, identificada com o projecto sindical da CGTP-IN, com a sua natureza de classe e com os seus princípios de sindicalismo de massas, de democracia, de independência, de unidade e solidariedade, assente no reforço da organização, da unidade e da luta dos trabalhadores assume como prioridades para a acção sindical:

FORTALECER E DINAMIZAR A ACÇÃO E A LUTA REIVINDICATIVA

Neste sentido, propõe-se: elaborar um plano de trabalho com o envolvimento dos sindicatos do Distrito, que considerando as suas diferentes realidades e a sua autonomia, possa definir um conjunto de medidas que, integradas numa acção conjunta, articulando meios e recursos existentes, potenciem e dinamizem a acção e a luta reivindicativa na região em mais empresas, mais locais de trabalho e envolvendo mais trabalhadores, **tendo como principais objectivos reivindicativos:**

VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES!

PELO EMPREGO COM DIREITOS, COMBATER A PRECARIIDADE E O DESEMPREGO

▶ Por uma política que assegure a **criação de postos de trabalho** e o **pleno emprego** de acordo com a Constituição da República Portuguesa.

▶ O **combate à precariedade do emprego**, implica uma estratégia concertada pelo MSU que se traduzirá na Campanha prevista pela CGTP-IN e na intervenção para assegurar a passagem a efectivos dos trabalhadores que ocupam postos de trabalho de natureza permanente e impedir a contratação de trabalhadores a termo ou através de agências de trabalho temporário.

Exigir a **alteração do Código de Trabalho** nas matérias relativas aos despedimentos e às indemnizações por despedimentos de forma a garantir o cumprimento da norma constitucional sobre a segurança no emprego.

Pelo direito à **protecção social no desemprego**.



PELA MELHORIA DOS SALÁRIOS

▶ Assumir como prioridade, o **aumento real dos salários**, para uma mais justa distribuição do rendimento nacional, para o desenvolvimento e progresso do país;

O **aumento do salário mínimo nacional** para 600 euros, no início de 2016 e a sua evolução progressiva, com actualização a 1 de Janeiro de cada ano;

O **fim do congelamento salarial na Administração Pública** e a **reposição imediata** de todos os salários cortados, bem como o descongelamento das progressões.

PELA REDUÇÃO DOS HORÁRIOS DE TRABALHO, COMBATER A DESREGULAÇÃO

▶ A **reposição do horário de 35 horas semanais** para todos os trabalhadores da Administração Pública, bem como a redução progressiva dos horários superiores, sem diminuição de salário para os restantes sectores de actividade;

O **combate à desregulação do horário de trabalho**, fazendo respeitar os horários consagrados nas convenções colectivas, bem como revogar todas as medidas que visam aumentar o tempo de trabalho, pela via da eliminação de dias de férias e dias feriados, ou pela instituição de sistemas de bancos de horas e de adaptabilidade.

PELA DEFESA E EFECTIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

▶ A **revogação das normas gravosas do Código do Trabalho**. Defendendo a aplicação das normas constantes de convenções colectivas de trabalho que reponham o princípio do tratamento mais favorável aos trabalhadores.

▶ A **reposição dos dias de férias e dos feriados** roubados;

O exercício **dos direitos legais e contratuais**, exigindo a adopção de medidas e a dotação de meios que melhorem o funcionamento da ACT e dos Tribunais de Trabalho.

ASSEGURAR O DIREITO DE CONTRATAÇÃO COLECTIVA

▶ A **efectivação do direito de contratação colectiva** consagrado na Constituição, o que passa por revogar as normas do Código do Trabalho no que concerne à caducidade dos contratos colectivos e

a reposição do princípio da renovação automática.

▶ O **desbloqueamento da contratação colectiva**, tanto no sector privado como no público e a publicação de portarias de extensão das convenções colectivas, cuja larga maioria foi suspensa desde meados de 2011.

VALORIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. POR SERVIÇOS PÚBLICOS UNIVERSAIS E DE

▶ **Pela melhoria dos serviços da Administração Pública Central, Regional e Local**, o que passa pela defesa dos postos de trabalho existentes e mais criação de emprego de qualidade, pela valorização dos trabalhadores e respeito pelos seus direitos e, também, pela anulação de ou encerramento de serviços.

PELA DEFESA DAS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO

▶ Assegurar e reforçar o direito ao sistema público de **Segurança Social**, solidária e universal, lutar contra a sua privatização;

Defender o **Serviço Nacional de Saúde** exigindo: melhor utilização dos recursos; eliminação de desperdícios; extinção das PPP's e o fim da promiscuidade público-privado;

Por uma **Escola Pública** de qualidade e inclusiva, assente na promoção do sucesso escolar educativo dos alunos e no combate ao abandono escolar;

Por uma política para a **Cultura** que assegure o acesso aos meios e instrumentos de criação e fruição culturais.

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO. DINAMIZAR A ACÇÃO SINDICAL INTEGRADA

NA REESTRUTURAÇÃO O SINDICAL, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Considerando a evolução verificada em toda a estrutura do Movimento Sindical Unitário no Distrito, a União deverá reflectir a evolução da reestruturação Sindical, administrativa e financeira no seu funcionamento e prioridades de intervenção, nomeadamente nos meios disponíveis para a acção sindical, nos serviços de apoios aos sindicatos, na descentralização e na concretização do Projecto "Casa Sindical de Lisboa".

ACÇÃO SINDICAL INTEGRADA

DESENVOLVER A ACÇÃO SINDICAL INTEGRADA COM UMA NOVA DINÂMICA PARA REFORÇAR A CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DOS SINDICATOS PARA A OBTENÇÃO DE MELHORES RESULTADOS. **ADOPTAR ESTILOS E MÉTODOS DE TRABALHO QUE TENHAM COMO PRESSUPOSTOS:**



NA FORMAÇÃO SINDICAL

Complementar a Formação Sectorial e da CGTP-IN, promovendo iniciativas, na forma de acções de formação ou seminários que correspondam a solicitações dos sindicatos ou propostas da CGTP-IN.

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO SINDICAL A PARTIR DO LOCAL DE TRABALHO

Sendo o **Local de Trabalho** o centro da intervenção sindical é preciso "estar lá" de forma permanente e organizada, respondendo aos problemas e anseios dos trabalhadores, afirmando a força e importância do Sindicato.

São **objectivos e prioridades da USL para o reforço da organização sindical durante o mandato 2015 / 2019:**

Sindicalizar mais 25 mil Trabalhadores;

Eleger mais 1500 Delegados Sindicais;

Eleger mais 300 Representantes para a SST;

Realizar três reuniões por ano (Janeiro, Abril e Setembro) para avaliação, balanço e perspectivas de trabalho no Distrito.

PRIORIDADES PARA A ACÇÃO SINDICAL

1º CONGRESSO
UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

UNIAO!

COM CONFIANÇA NA LUTA!

FORÇA

A QUEM TRABALHA!

